



**SENTANDO EM UM HOMEM:**

**COLONIALISMO E AS INSTITUIÇÕES POLITICAS**

**PERDIDAS DAS MULHERES ISBO**



## NOTA INTRODUTÓRIA

A tradução desse texto foi principalmente motivada por sua importância no resgate histórico. Ante o expansivo sistema eurocêntrico, racista e misógino, muitas histórias são excluídas da memória hegemônica por motivos bem delimitados. Como no caso dos igbos, suas vivências e seu passado são, intencionalmente, não difundidos. Muitas dessas memórias são de ações que subvertem os valores vigentes das estruturas europeias imperialistas.

As mulheres igbos se organizavam em mikiris (reuniões exclusivamente femininas) para resolver assuntos que lhes diziam respeito, desde questões acerca do mercado até agressões de maridos contra esposas. Elas estavam unidas e organizadas contra homens que as desrespeitassem. Dessa articulação, uma das medidas a ser tomada era “sentar” sobre um homem, ou fazer guerra contra um homem, que significa um escracho coordenado, onde iam todas juntas para a casa do “infrator” cobrá-lo, insultá-lo e por vezes destruíam a cabana desse homem. Frequentemente viravam a noite nesse processo, até o homem se redimir e se comprometer a mudar de conduta. Dessa forma, elas se protegiam de diversos abusos, criando laços fortes de cooperação feminina, apoio mútuo, numa prática de autogestão e resistência ativa contra a misoginia e posteriormente contra o colonialismo.

Com a colonização inglesa, essas mulheres continuaram sua organização e expandiram seus escrachos contra os colonizadores, “sentando” nos chefes de mandado, queimando edifícios da corte nativa e libertando prisioneiros, no que ficou conhecido como tumulto de Aba pelos ingleses (Aba era um dos prédios principais da corte nativa, que foi incendiado pelas mulheres igbos) e como guerra das mulheres pelos igbos.

No texto a autora aborda de maneira branda e pouco crítica aspectos da colonização, racismo, machismo e questões de classe. Ela narra a imposição do sistema político europeu como 'cegueira' desses britânicos para com as instituições igbos já existentes. Nesse processo tão violento, ela falha ao identificar como erro apenas a não inclusão das mulheres nesse 'novo' sistema político.

O que anteriormente era uma autogestão, foi suprimido pela força do Estado colonial. Após essa mudança, com resistência e mortes de muitos igbos, principalmente mulheres, tentaram difundir a ideia de que apenas o Estado pode tomar decisões e usar a força, onde mikiris e outras organizações se tornaram ilegais, processo que foi fortalecido pela ação missionária, o catolicismo forçado.

# "SENTANDO EM UM HOMEM": COLONIALISMO E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS PERDIDAS DAS MULHERES IGBO<sup>1</sup>

JUDITH VAN ALLEN\*



Na sabedoria convencional, a influência ocidental "emancipou" as mulheres africanas - através do enfraquecimento dos laços de parentesco e da oferta de "livre escolha" no casamento monogâmico cristão, da supressão de práticas "bárbaras", da abertura de escolas, da introdução da medicina moderna e da higiene e, por vezes, do sufrágio feminino.

Mas a ocidentalização não é uma benção não misturada. A experiência das mulheres igbos sob o colonialismo britânico mostra que a influência ocidental pode por vezes enfraquecer ou destruir a autonomia e o poder tradicionais das mulheres sem proporcionar formas modernas de autonomia ou poder em troca. As mulheres igbos tiveram um papel significativo na vida política tradicional. Como indivíduos, participaram em reuniões de aldeia com homens. Mas o seu verdadeiro poder político baseou-se na solidariedade das mulheres, expressa nas suas próprias instituições políticas - as suas "reuniões" (mikiri ou mitiri),

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste documento foi apresentada na Reunião Anual da The African Studies Association, Denver, Colorado, novembro de 1971.

\* Instrutora interina, Departamento de Ciência Política, Universidade da Califórnia, Berkeley.

as suas redes de mercado, os seus grupos de parentesco e o seu direito a recorrer a greves, boicotes e à força para tomar as suas decisões.

Os oficiais e missionários coloniais britânicos, tanto homens como mulheres, não conseguiram, em geral, ver os papéis políticos e o poder político das mulheres igbos. As ações dos administradores enfraqueceram e, em alguns casos, destruíram as bases de força das mulheres. Uma vez que não apreciavam as instituições políticas femininas, não fizeram esforços para garantir a participação das mulheres nas instituições modernas que tentavam promover.

As mulheres igbos não assumiram papéis de liderança na administração local moderna, nos movimentos nacionalistas e no governo nacional e os papéis que desempenharam não foram investigados por estudiosos. O propósito de descrever as instituições políticas tradicionais das mulheres igbos e sua fonte de poder é levantar a questão de por que razão estas mulheres têm sido "invisíveis" historicamente, apesar de terem forçado as autoridades coloniais a prestar-lhes uma breve atenção. Sugerimos que a opinião dominante entre os oficiais coloniais e missionários britânicos era a de que a política era uma preocupação masculina. Socializados na Inglaterra vitoriana, tinham interiorizado um conjunto de valores e atitudes sobre o que consideravam ser o papel natural e adequado das mulheres que sustentavam esta crença. Sugerimos ainda que esta presunção sobre homens e política tem muito a ver com o fato de ninguém ter sequer perguntado: "O que aconteceu às organizações de mulheres igbos?", apesar de todas as provas necessárias para justificar a pergunta estarem disponíveis há 30 anos.

## INSTITUIÇÕES POLÍTICAS TRADICIONAIS IGBO<sup>2</sup>

O poder político na sociedade igbo era difuso. Não existiam organismos ou gabinetes especializados em que fosse investido poder legítimo e nenhuma pessoa, independentemente do seu status ou posição ritual, tinha autoridade para emitir comandos a que outros tivessem a obrigação de obedecer. Em consonância com esta difusão da autoridade, o direito de executar decisões também era difuso: não havia um "Estado" que detinha o monopólio da força legítima, e o uso da força para proteger os interesses de cada um ou para fazer cumprir uma decisão de grupo era considerado legítimo para indivíduos e grupos. Em termos mais simples, os britânicos tentaram criar instituições políticas

---

<sup>2</sup> Os povos de língua Igbo são heterogêneos e só podem ser denominados de "tribo" baseado na língua comum e num território contíguo. Eram o grupo dominante no sudeste da Nigéria, durante o período colonial, que, de acordo com o censo de 1931, ascendia a mais de três milhões. Os Igbos nas províncias de Owerri e Calabar, as duas províncias mais a sul, eram relativamente homogêneas politicamente, e são as suas instituições políticas que são discutidas aqui. Os estudos aprofundados sobre a população igbo só foram feitos a partir da década de 1930, mas as instituições políticas tradicionais sobreviveram "por baixo" da administração nativa, embora enfraquecidas mais em algumas áreas do que em outras. Houve também muitos informantes que lembraram da vida dos dias pré-coloniais. A imagem da sociedade igbo aqui desenhada é baseada em relatórios de duas mulheres inglesas, Leith-Ross e Green, que tinham um interesse particular pelas mulheres igbos; o trabalho de um funcionário antropológico governamental, Meek; um breve relatório de Harris, e o trabalho de Igbo descrevendo a sua própria sociedade, Uchendu e Onwuteaka. Ver M. M. GREEN, *Igbo Village Affairs* (Londres: Frank Cass & Co., Ltd., 1947; citações de página para edição em brochura, Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1964); J. S. HARRIS, "The Position of Women in a Nigerian Society", *Transactions of the New York Academy of Sciences, Series II, Vol. 2, No. 5, 1940*; Sylvia LEITH-ROSS, *African Women* (Londres: Faber e Faber, 1939); C. K. MEEK, *Law and Authority in a Nigerian Tribe* (Londres: Oxford University Press, 1957, origin. publ. 1937); J. C. ONWUTEAKA, "The Aba Riot of 1929 and its Relation to the System of Indirect Rule" (O motim de Aba de 1929 e a sua relação com o Sistema de Regra Indireta), *The Nigerian Journal of Economic and Social Studies*, Novembro de 1965; Victor C. UCHENDU, *O Igbo do Sudeste da Nigéria* (Nova Iorque: Holt, Rinehart e Winston, 1965).

especializadas que comandaram a autoridade e monopolizaram a força. Ao fazê-lo, levaram em conta, eventualmente, as instituições políticas igbos dominadas pelos homens, mas ignoraram as das mulheres. Assim, as mulheres foram afastadas do poder político.

Os igbos viviam tradicionalmente em aldeias semi-autônomas, que consistiam nos compostos dispersos de cerca de 75 parentes; aldeias relacionadas formavam “grupos de aldeias” que se juntavam para fins rituais e jurais limitados. As aldeias continham geralmente várias centenas de pessoas; mas a dimensão variava e nas zonas mais densamente povoadas existiam “grupos de aldeias” com mais de 5.000 membros<sup>3</sup>. Os conflitos a todos os níveis acima do composto eram resolvidos através de discussão em grupo até se chegar a um acordo mútuo<sup>4</sup>.

A principal instituição política igbo parece ter sido a assembleia de aldeia, um encontro de todos os adultos da aldeia que escolhiam participar. Qualquer adulto que tivesse algo a dizer sobre o assunto em discussão tinha direito a falar - desde que dissesse algo que os outros considerassem valer a pena ouvir; como os igbos dizem, "um caso não proíbe ninguém"<sup>5</sup>.

Os assuntos tratados na assembleia da aldeia eram aqueles que interessavam a todos - tanto problemas comuns para os quais a ação coletiva era apropriada ("Como podemos tornar o nosso mercado 'maior' do que os mercados das outras aldeias?"), quanto conflitos que ameaçavam a unidade da aldeia<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Daryll FORDE and G. I. JONES, *The Ibo- and Ibibio-Speaking Peoples of South-Eastern Nigeria* (London: International African Institute, 1950), p. 39; J. S. HARRIS, *op. cit.*, p. 141.

<sup>4</sup> Victor C. UCHENDU, *op. cit.*, pp. 41-44.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 41; M. M. GREEN, *op. cit.*, pp. 78-79.

<sup>6</sup> J. S. HARRIS, *op. cit.*, pp. 142-43; Victor C. UCHENDU, *op. cit.*, pp. 34, 42-43.

No entanto, as decisões acordadas pela assembleia da aldeia não tinham força de lei nos nossos termos. Mesmo após as decisões terem sido tomadas, a pressão social baseada no consenso e na capacidade dos indivíduos e dos grupos para fazer cumprir as decisões a seu favor desempenhou um papel importante na atribuição de força de lei às decisões. Como disse Green<sup>7</sup>:

Tivemos a impressão... que as leis só se estabelecem gradualmente e depois só na medida em que ganham aceitação geral. Uma lei não existe ou deixa de existir: pelo contrário, passa por um processo de se estabelecer de comum acordo ou de ser arquivada por uma série de evasões silenciosas.

A persuasão sobre a justeza de uma determinada linha de ação em termos de tradição foi de primordial importância para assegurar a sua aceitação e os líderes eram pessoas com capacidade de persuasão.

O modo do discurso político era o de provérbio, parábola e metáfora extraída do corpo da tradição igbo<sup>8</sup>. O conhecimento político necessário era acessível ao homem ou mulher comum, uma vez que todos os igbos eram criados com estes provérbios e parábolas. O discurso influente foi o uso criativo e hábil da tradição para assegurar aos outros que uma determinada linha de ação era uma coisa sensata e acertada a se fazer. A acessibilidade deste conhecimento é indicada por um provérbio igbo: "Se você contar um provérbio a um tolo, ele lhe perguntará o seu significado".

Os líderes da sociedade igbo eram homens e mulheres que combinavam riqueza e generosidade com "boca" - a capacidade de falar

---

<sup>7</sup> M. M. GREEN, op. cit., p. 137.

<sup>8</sup> As fontes para esta descrição são Uchendu e conversas pessoais com um Igbo nascido na aldeia Umu-Domi do clã Onicha, na divisão de Afikpo, que, no entanto, foi para escolas missionárias desde os sete anos de idade e fala o Igbo da União e não o idioma de sua aldeia.

bem. A idade combinada com sabedoria trouxe respeito, mas a idade por si só teve pouca influência. Os anciãos mais velhos que eram chefes rituais das suas linhagens tinham muito provavelmente uma influência considerável, mas não teriam alcançado estas posições em primeiro lugar se não tivessem sido considerados como tendo bom senso e bom caráter<sup>9</sup>. A riqueza em si não era garantia de influência: um "grande homem" ou "grande mulher" não era necessariamente uma pessoa rica, mas uma pessoa que tinha demonstrado habilidade e generosidade em ajudar outros indivíduos e, especialmente, a comunidade<sup>10</sup>.

Os homens possuíam as culturas mais rentáveis, como o óleo de palma, recebiam a maior parte do dinheiro da comunidade e, no caso de chefes compostos, presentes dos membros. Através da patrilinearidade, eles controlavam os terrenos, que podiam arrendar a não-parentes ou a mulheres para um bom lucro. Os homens também faziam a maior parte do comércio de longa distância, que deu mais lucro do que o comércio local e regional, que estava quase inteiramente nas mãos das mulheres<sup>11</sup>.

As mulheres tinham o direito de vender os excedentes das suas próprias colheitas e os grãos de palma que constituíam parte dos produtos de palma. Podiam também vender alimentos preparados ou produtos de aptidões especiais, por exemplo, sal transformado, panelas e cestos. Embolsavam todo o lucro, mas seus níveis de lucro relativamente mais baixos mantiveram-as em desvantagem relativa aos homens na aquisição de títulos e prestígio<sup>12</sup>.

Tanto para as mulheres como para os homens, status foi largamente alcançado, não atribuído. O status de uma mulher era determinado mais pelas suas próprias conquistas do que pelas conquistas do marido. No entanto, os recursos disponíveis para os homens eram maiores, de modo que, embora uma mulher pudesse ocupar um lugar

---

<sup>9</sup> Victor C. UCHENDU, *op. cit.*, p. 41.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 34; C.K. MEEK, *op. cit.*, p. 111.

<sup>11</sup> M. M. GREEN, *op. cit.*, pp. 32-42.

<sup>12</sup> Sylvia LEITH-ROSS, *op. cit.*, pp. 90-92, 138-39, 143.

mais elevado entre as mulheres do que o seu marido entre os homens, muito poucas mulheres podiam adquirir os títulos mais elevados, uma importante fonte de prestígio<sup>13</sup>.

Nas assembleias de aldeia, os homens eram mais propensos a falar do que as mulheres; as mulheres falavam mais frequentemente apenas sobre assuntos que lhes diziam respeito diretamente<sup>14</sup>. Os detentores de títulos tomavam parte na discussão e eram mais propensos a participar da "consulta". Depois de um caso ter sido exaustivamente discutido, alguns homens reformavam-se para chegarem a uma decisão. Um porta-voz anunciava então a decisão, que poderia ser aceita ou rejeitada pela assembleia<sup>15</sup>.

Aparentemente nenhuma regra proibia as mulheres de participar de consultas, mas elas eram convidadas a fazê-lo apenas raramente. As mulheres convidadas eram mulheres mais velhas, pois enquanto os homens mais jovens poderiam ter a riqueza necessária para adquirir os títulos mais altos e, assim, recuperar em talento o que lhes faltava na idade, as mulheres mais jovens não poderiam adquirir a riqueza necessária com rapidez suficiente para serem elegíveis<sup>16</sup>.

As mulheres, portanto, ficavam atrás dos homens em questão de poder e influência. Enquanto o status e a influência política que isso poderia trazer eram alcançados e não havia limites formais para o poder político das mulheres, os homens, através de seu status descritivo (membros da patrilinearidade) adquiriram riqueza que lhes deu um avanço e uma vantagem de vida sobre as mulheres. Os igbos dizem que "uma criança que lava as mãos merece comer com os mais velhos"<sup>17</sup>. Mas ao nascer, algumas crianças receberam água e outras não.

---

<sup>13</sup> C. K. MEEK, op. cit., p. 203; Victor C. UCHENDU, op. cit., p. 86.

<sup>14</sup> M. M. GREEN, op. cit., p. 169.

<sup>15</sup> Victor C. UCHENDU, op. cit., p. 41.

<sup>16</sup> C. K. MEEK, op. cit., p. 203.

<sup>17</sup> Victor C. UCHENDU, op. cit., p. 19.

# INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DAS MULHERES



Como a autoridade política era difusa, a resolução de conflitos, discussões sobre como melhorar a aldeia ou o seu mercado, ou quaisquer outros problemas de interesse geral foram levantados em várias reuniões, como funerais, reuniões de parentes para discutir rituais de enterro, e o mercado, reuniões cujo propósito ostensivo não era a discussão política<sup>18</sup>.

A base do poder político das mulheres estava em suas próprias reuniões. Como a sociedade igbo era patrilocal e as aldeias eram exogâmicas, mulheres adultas residentes numa aldeia eram quase todas

---

<sup>18</sup> C. K. MEEK, op. cit., p. 125; M. M. GREEN, op. cit., pp. 132-38.

esposas, e outras eram divorciadas ou viúvas "filhas da aldeia" que tinham voltado para casa para viver. As mulheres geralmente frequentavam reuniões de faixa etária (ogbo) em suas aldeias natais, realizavam várias funções rituais e ajudavam a resolver conflitos entre seus "irmãos"<sup>19</sup>. Mas as reuniões que desempenhavam o papel principal na autodeterminação das mulheres e que articulavam os interesses das mulheres em oposição aos dos homens eram as reuniões em toda a aldeia de todas as mulheres adultas residentes numa aldeia que sob o colonialismo passou a ser chamada de mikiri ou mitiri (de "reunião")<sup>20</sup>.

As mikiris eram realizadas sempre que houvesse necessidade<sup>21</sup>. Na mikiri eram utilizados os mesmos processos de discussão e consulta que na assembleia da aldeia. Não havia líderes oficiais; como na aldeia, mulheres de riqueza e generosidade que podiam falar bem assumiam papéis de liderança. As decisões parecem ter sido muitas vezes anunciadas informalmente pelas esposas dizendo a seus maridos. Se a necessidade surgisse, as porta-vozes - para contatar os homens, ou as mulheres de outras aldeias - eram escolhidas através de uma discussão geral. Se o anúncio das decisões e a persuasão não fossem suficientes para sua implementação, as mulheres poderiam tomar medidas diretas para impor suas decisões e proteger seus interesses<sup>22</sup>.

As mikiris proporcionavam às mulheres um fórum para desenvolverem seus talentos políticos entre um grupo mais igualitário do que a assembleia da aldeia. Em mikiri, as mulheres podiam discutir seus interesses particulares como comerciantes, fazendeiras, esposas e mães. Esses interesses muitas vezes eram opostos aos dos homens, e onde individualmente as mulheres não podiam competir com os homens, coletivamente elas podiam muitas vezes se manter.

---

<sup>19</sup> M. M. GREEN, op. cit., pp. 217-32.

<sup>20</sup> Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., pp. 106-08. Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., pp. 106-08.

<sup>21</sup> M. M. GREEN, op. cit., pp. 178-216.

<sup>22</sup> Ibid., p. 180; Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., pp. 106-107.

Uma das funções mais importantes da mikiri era a de uma associação de mercado, para promover e regular a principal atividade das mulheres: o comércio. Nessas discussões eram estabelecidos preços, estabelecidas regras sobre o atendimento ao mercado e fixadas multas para quem violasse as regras ou não contribuísse para os rituais de mercado. Também foram feitas regras que se aplicavam aos homens. Por exemplo, era proibido o comportamento desordeiro dos homens jovens. Maridos e anciãos eram solicitados a controlar os jovens. Se seus pedidos fossem ignorados, as mulheres tratariam do assunto lançando um boicote ou uma greve para forçar os homens a se policiar ou elas poderiam decidir "sentar" sobre o infrator individual<sup>23</sup>.

"Sentar em cima de um homem" ou de uma mulher, boicotes e greves eram as principais armas das mulheres. "Sentar" ou "fazer guerra" a um homem envolvia se reunir em seu recinto, às vezes à noite, dançando, cantando canções difamatórias que detalhavam as queixas das mulheres contra ele e muitas vezes punham em questão sua masculinidade, batendo em sua barraca com as pilastras que as mulheres usavam para bater inhame, e talvez demolindo sua barraca ou rebocando-a com lama e dando-lhe um pouco de aspereza. Um homem podia ser sancionado desta forma por maltratar sua esposa, por violar as regras do mercado feminino, ou por deixar suas vacas comerem as colheitas das mulheres. As mulheres ficavam em sua cabana durante todo o dia, e à noite, se necessário, até que ele se arrependesse e promettesse consertar seus modos<sup>24</sup>. Embora isso dificilmente pudesse ter sido uma experiência agradável para o homem ofensor, era considerado legítimo e nenhum homem consideraria intervir.

Ao enfrentar os homens como um grupo, as mulheres usavam boicotes e greves. Harris descreve um caso em que, após repetidos pedidos das mulheres para que os caminhos do mercado fossem limpos (uma responsabilidade masculina), todas as mulheres se recusaram a

---

<sup>23</sup> J. S. HARRIS, op. cit., pp. 146-47.

<sup>24</sup> Ibid., pp. 146-48; M. M. GREEN, op. cit., pp. 196-97; Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., p. 109.

cozinhar para seus maridos até que o pedido fosse atendido<sup>25</sup>. Para que este boicote fosse efetivo, todas as mulheres tinham que cooperar para que os homens não pudessem ir e comer com seus irmãos. Em outra ocasião, os homens de uma aldeia decidiram que as mulheres deveriam parar de negociar nos mercados mais distantes dos quais só retornavam à noite porque temiam que as mulheres estivessem tendo relações sexuais com os homens naquelas cidades. As mulheres, porém, recusaram-se a cumprir, pois a oportunidade de comprar em um mercado e vender em outro era fundamental para a obtenção de lucro. Ameaças de retaliação coletiva eram suficientes para que os homens se rendessem.

Como fazendeiras, os interesses das mulheres conflitavam com os dos homens como donos de grande parte dos maiores rebanhos - vacas, porcos, cabras e ovelhas. A colheita dos homens, inhame, teve uma estação curta e foi então escavada e armazenada, após o que os homens tendiam a ser descuidados em manter seu gado fora das colheitas das mulheres. Green relata um caso em que as mulheres de uma aldeia fizeram um juramento de que se alguma mulher matasse uma vaca ou outro animal doméstico em sua fazenda, as outras ficariam ao seu lado<sup>26</sup>.

Uma mulher também poderia levar reclamações sobre seu marido para a mikiri. Se a maioria das mulheres concordasse que o marido estava em falta, elas a apoiariam coletivamente. Elas poderiam enviar portavozes para dizer ao marido para pedir desculpas e dar-lhe um presente, e, se ele fosse recalcitrante, elas poderiam "sentar" nele. Poderiam também agir para proteger um direito de esposas. Harris descreve um caso de solidariedade das mulheres para manter a liberdade sexual:

Os homens... estavam muito zangados porque suas esposas tinham relações abertas com seus amantes. Os homens... conheceram e aprovaram uma lei para que toda mulher... renunciasse ao seu amante e apresentasse uma

---

<sup>25</sup> J. S. HARRIS, op. cit., pp. 146-147.

<sup>26</sup> M. M. GREEN, op. cit., pp. 210-11.

cabra ao seu marido como sinal de arrependimento... As mulheres fizeram... reuniões secretas e, algumas manhãs depois, foram a uma [aldeia] vizinha, deixando para trás todas as crianças, menos as que amamentavam... [Os homens] suportaram por um dia e meio e depois foram até as mulheres e imploraram seu retorno... [Os homens] deram [às mulheres] uma cabra e pediram desculpas informalmente e formalmente<sup>27</sup>.

Assim, através da mikiri, as mulheres agiram para forçar uma resolução de suas queixas individuais e coletivas.

## **INVASÃO COLONIAL**

Nesse sistema de autoridade difusa, liderança fluida e informal, direitos compartilhados de aplicação da lei e um equilíbrio mais ou menos estável de poder masculino e feminino, os britânicos tentaram introduzir ideias de "administração nativa" derivadas da experiência colonial com chefes e emires no norte da Nigéria. O sul da Nigéria foi declarado um protetorado em 1900, mas foi dez anos antes que a conquista foi efetiva. Como o poder colonial foi estabelecido no que os britânicos perceberam como uma situação de "anarquia ordenada", Igbolândia foi dividida em Áreas de Corte Nativa que violavam a autonomia das vilas, colocando muitas vilas não relacionadas em cada área da corte. Os oficiais distritais britânicos deveriam presidir os tribunais, mas nem sempre estavam presentes, pois havia mais tribunais do que oficiais. O conjunto de membros igbo foi formado escolhendo de cada aldeia um "representante" que recebeu um mandado de posse. Estes Chefes de Mandado também constituíam a Autoridade Nativa. Eles eram obrigados

---

<sup>27</sup> J. S. HARRIS, op. cit., pp. 146-47.

a checar se as ordens dos Oficiais Distritais eram executadas em suas próprias aldeias e eram o único elo entre o poder colonial e o povo<sup>28</sup>.

Era uma violação dos conceitos igbos ter um homem representando a aldeia em primeiro lugar e mais do que uma violação que ele desse ordens a todos os outros. O povo obedecia ao Chefe de Mandado quando era preciso, já que o poder britânico o apoiou. Em alguns lugares os Chefes de Mandado eram chefes de linhagem ou homens ricos que já eram líderes na aldeia. Mas em muitos lugares eles eram simplesmente jovens ambiciosos e oportunistas que se apresentavam como amigos dos conquistadores. Mesmo o Chefe de Mandado relativamente menos corrupto ainda era, mais do que qualquer outra coisa, um agente dos britânicos<sup>29</sup>.

As pessoas evitavam usar as Cortes Nativas quando podiam fazê-lo. Mas os Chefes de Mandado podiam forçar a entrada de casos nos Tribunais Nativos e podiam multar as pessoas por infrações às regras. Ao ter o ouvido dos britânicos, o próprio Chefe de Mandado podia violar tradições e até mesmo regras britânicas, e se safar com isso, já que sua versão seria acreditada<sup>30</sup>.

As mulheres sofreram particularmente sob a regra arbitrária dos Chefes de Mandado, que foram denunciados como tendo levado mulheres a se casar sem conformidade com o processo habitual, que incluía o direito da mulher de recusar um determinado pretendente. Elas também se ajudaram com os produtos agrícolas das mulheres, e com seus animais domésticos<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> Daryll FORDE, "Justice and Judgment among the Southern Ibo under Colonial Rule", trabalho inédito preparado para o Colóquio Interdisciplinar de Estudos Africanos, Universidade da Califórnia, Los Angeles, pg. 9-13.

<sup>29</sup> Ibid., pp. 9-13; J. C. ANENE, *Southern Nigeria in Transition, 1885-1906* (New York: The Cambridge University Press, 1967), p. 259; C. K. MEEK, op. cit., pp. 328-30.

<sup>30</sup> Daryll FORDE, op. cit., p. 12.

<sup>31</sup> J. C. ONWUTEAKA, op. cit., p. 274.

Recomendações para a reforma do sistema foram feitas quase desde seu início, tanto por jovens oficiais no campo quanto por oficiais superiores enviados da sede para investigar. Mas nenhuma melhoria real foi feita<sup>32</sup>.

## **ABA E A GUERRA DAS MULHERES**

A Administração Nativa, nos anos anteriores a 1929, pouco levava em conta as instituições políticas masculinas e femininas. Em 1929, as mulheres do sul de Igbolândia ficaram convencidas de que seriam tributadas pelos britânicos. Este medo, além do ressentimento dos Chefes de Mandado, levou ao que os britânicos chamavam de Aba Riots (tumultos de Aba), e os igbos, Guerra das Mulheres. A rebelião é talvez o exemplo mais marcante da cegueira britânica para as instituições políticas das mulheres igbos. As mulheres, "invisíveis" para os britânicos ao estabelecerem seus planos para a Administração Nativa, tornaram-se de repente altamente visíveis por alguns meses, mas assim que se acalmaram, foram mais uma vez ignoradas, e as reformas feitas na Administração Nativa não as levaram em conta politicamente<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> C. K. MEEK, op. cit., pp. 329-30; Harry A. GAILEY, *The Road to Aba* (New York: New York University Press, 1970), pp. 66-74.

<sup>33</sup> As informações sobre a Guerra das Mulheres derivam principalmente de Gailey e Perham, que basearam suas descrições nos relatórios das duas Comissões de Inquérito, emitidos como *Sessional Papers* do Conselho Legislativo Nigeriano, nos 12 e 28 de 1930, e nas Atas de Evidência emitidas com esta última. Gailey também utilizou os Relatórios de Inteligência dos oficiais políticos do início da década de 1930. Meek e Afigbo também fornecem citações dos relatórios, que, infelizmente, não estavam disponíveis para mim na íntegra. Ver Margery PERHAM, *Administração Nativa na Nigéria* (Londres: Oxford University Press, 1937); Idem, *Lugard: The Years of Adventure, 1858- 1898* (Londres: Collins, 1956); Idem, *Lugard: The Years of Authority, 1898-1945* (Londres: Collins, 1960); A. E. AFIGBO, "Igbo Village Affairs", *Journal of the Historical Society of Nigéria*, 4: 1, dezembro de 1967.

Em 1925, os homens igbos pagavam impostos, embora, durante a contagem do censo em que o imposto se baseava, os britânicos tivessem negado que houvesse qualquer tributação. Os impostos eram cobrados sem grandes problemas. Em 1929, porém, os preços dos produtos da palmeira haviam caído, e os impostos, fixados em 1925, eram uma carga cada vez mais ressentida<sup>34</sup>. Em meio a esse ressentimento, um Assistente Distrital super zeloso da Província de Owerri decidiu atualizar os registros do censo, recontando os domicílios e os bens domésticos, que pertenciam às mulheres. Compreensivelmente, as mulheres não acreditaram em suas garantias de que novos impostos não seriam invocados. Enviaram mensagens através do mercado e redes de parentesco para outras aldeias e chamaram uma mikiri para decidir o que fazer.

Na área da Corte Nativa de Oloko, na Província de Owerri, as mulheres decidiram que, enquanto apenas os homens fossem abordados em um recinto e fossem perguntados por informações, as mulheres não fariam nada. Elas queriam provas claras de que seriam taxadas antes de agir<sup>35</sup>. Se alguma mulher fosse abordada, ela deveria dar o alarme e elas se reuniriam para discutir retaliações.

Em 23 de novembro, o agente do chefe de Oloko, Okugo, entrou num recinto e disse a uma mulher casada, Nwanyeruwa, para contar suas cabras e ovelhas. Ela retorquiu com raiva: "Sua mãe foi contada?". Então "eles se fecharam, agarrando um ao outro pela garganta"<sup>36</sup>. O relatório de Nwanyeruwa às mulheres de Oloko convenceu-as de que elas seriam tributadas. Os mensageiros foram enviados para as áreas vizinhas. As mulheres chegaram em Oloko vindas de toda a província de Owerri. Elas se reuniram em protesto no escritório distrital e após vários dias de reuniões de protesto conseguiram obter garantias por escrito de que não seriam taxadas, e de que Okugo seria preso. Posteriormente, ele foi julgado e condenado por agressão física a mulheres e por divulgar

---

<sup>34</sup> Harry A. GAILEY, *op. cit.*, pp. 94-95; C. K. MEEK, *op. cit.*, pp. 330-31.

<sup>35</sup> Harry A. GAILEY, *op. cit.*, pp. 107-08.

<sup>36</sup> Margery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, *op. cit.*, p. 207.

notícias que provavelmente causariam alarme. Ele foi condenado a dois anos de prisão<sup>37</sup>.

A notícia desta vitória se espalhou rapidamente através da rede mikiri de mercado, e mulheres em 16 áreas da Corte Nativa tentaram se livrar de seus Chefes de Mandado, bem como da própria Administração Nativa. Dezenas de milhares de mulheres se envolveram, geralmente utilizando as mesmas táticas tradicionais, embora não com os mesmos resultados que em Oloko. Em cada área da Corte Nativa, as mulheres marcharam pelos centros da Administração Nativa e exigiram dos chefes de mandado garantias de que não seriam tributadas. Em algumas áreas, os Oficiais Distritais asseguraram às mulheres, para sua satisfação, de que não seriam tributadas e as mulheres se dispersaram sem mais incidentes. Mas os ingleses em geral ficaram por trás dos Chefes de Mandado; naquele momento eles interpretaram a rebelião das mulheres como motivada apenas pelo medo de impostos, e Oloko foi a única área em que um Chefe de Mandado provocou diretamente os temores das mulheres em relação aos impostos ao contar seus bens.

As mulheres na maioria das áreas não obtiveram satisfação total sobre os britânicos e, além disso, alguns oficiais do distrito britânico simplesmente entraram em pânico quando confrontados por massas de mulheres enraivecidas e agiram de forma a tornar impossível a negociação.

Na maioria das áreas da Corte Nativa afetadas, as mulheres tomaram as questões em suas próprias mãos - elas "sentaram" nos Chefes de Mandado e queimaram edifícios da Corte Nativa e, em alguns casos, libertaram prisioneiros da prisão. Entre os edifícios queimados estavam os de Aba, um importante centro administrativo do qual deriva o nome britânico para a rebelião. Um grande número de policiais e soldados e, em uma ocasião, os Boy Scouts, foram chamados para reprimir os "distúrbios". Em duas ocasiões, os confrontos entre as

---

<sup>37</sup> Harry A. GALEY, op. cit., pp. 108-13.

mulheres e as tropas deixaram mais de 50 mulheres mortas e 50 feridas por tiros. As vidas tiradas foram apenas de mulheres - nenhum homem, igbo ou britânico, foi sequer gravemente ferido. O custo dos danos materiais, estimado em mais de 60.000, foi pago pelos igbos, que foram fortemente tributados para pagar pela reconstrução dos centros da Administração Nativa<sup>38</sup>.

## **MORE RIOTING IN NIGERIA.**

**MOB ATTACKS A  
LOYAL CHIEF.**

**49 DEATHS THIS  
MONTH.**

Mais tumultos na Nigéria. A máfia ataca um chefe leal. 49 mortes nesse mês.

A rebelião durou cerca de um mês. No final de dezembro, a "ordem" foi um tanto restaurada, mas os distúrbios esporádicos e a ocupação pelas tropas do governo continuaram em 1930. No total, a rebelião se estendeu por uma área de seis mil milhas quadradas, por todas as províncias de Owerri e Calabar, contendo cerca de dois milhões de pessoas<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> S.O. ESIKE, "The Aba Riots of 1929", *African Historian*, Vol. 1, No. 3 (1965): 13; J.S. HARRIS, op. cit., p. 143; M5argery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, op. cit., pp. 209-12.

<sup>39</sup> Harry A. GAILEY, op. cit., p. 137; Margey PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, op. cit., pp. 209-12.

Os britânicos geralmente viam a rebelião como "irracional" e chamavam isso de uma série de "tumultos". Eles descobriram que a rede de mercado havia sido utilizada para espalhar o rumor de tributação, mas não perguntaram mais sobre a ação conjunta das mulheres, a liderança popular, o acordo sobre as demandas, ou mesmo sobre o fato de que milhares de mulheres apareceram em centros de administração nativa vestidas da mesma maneira incomum: vestindo tangas curtas, seus rostos manchados de carvão ou cinzas, suas cabeças amarradas com samambaias jovens e carregando em suas mãos varas envoltas em palmas<sup>40</sup>.

Ao exonerar os soldados que dispararam sobre as mulheres, uma Comissão de Inquérito falou das "paixões selvagens" das "multidões", e um oficial militar disse à Comissão que "nunca havia visto multidões em tal estado de frenesi". No entanto, essas "multidões frenéticas" não feriram ninguém seriamente, o que os britânicos acharam "surpreendente"<sup>41</sup>.

Não é surpreendente se a Guerra das Mulheres for vista como a prática tradicional de "sentar em cima de um homem", apenas em uma escala maior. Foram tomadas decisões em mikiri para responder a uma situação em que as mulheres foram gravemente prejudicadas pela corrupção dos Chefes de Mandado e pelos impostos que acreditavam estar por vir. As porta-vozes foram escolhidas para apresentar suas exigências para a remoção dos Chefes de Mandado e as mulheres seguiram sua liderança, em várias ocasiões sentadas à espera de negociações ou concordando em dispersar ou entregar os títulos dos Chefes de Mandado<sup>42</sup>. Foram usados trajes tradicionais, rituais e "armas" para "sentar": a cabeça com samambaias jovens simbolizava a guerra, e varas, amarradas com samambaias ou palmas jovens, eram usadas para

---

<sup>40</sup> J. S. HARRIS, *op. cit.*, pp. 147-48; Margery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, *op. cit.*, pp. 207ff.; C. K. MEEK, *op. cit.*, p. IX.

<sup>41</sup> Margery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, *op. cit.*, pp. 212-19.

<sup>42</sup> *Ibid.*, pp. 212.

invocar os poderes das antepassadas<sup>43</sup>. O comportamento das mulheres também seguia os padrões tradicionais: muito barulho, marcação, ameaças absurdas e uma atmosfera geral de raiva faziam parte da instituição de "sentar-se em um homem". Destruir a cabana de um infrator - neste caso os prédios da Corte Nativa - estava claramente dentro dos limites deste processo sancionatório.

A Guerra das Mulheres foi coordenada nas duas províncias através de informações enviadas pela rede mikiri de mercado. As delegadas viajavam de uma área para outra e os custos eram pagos por doações dos lucros do mercado feminino<sup>44</sup>. As regras tradicionais eram seguidas, pois as participantes eram mulheres - apenas alguns poucos homens estavam envolvidos nas manifestações - e a liderança estava claramente nas mãos das mulheres.

A ausência de homens nos protestos não indica falta de apoio. Os homens em geral aprovaram, apenas alguns homens mais velhos criticaram as mulheres por não serem mais respeitadas com o governo. É relatado que tanto homens quanto mulheres compartilhavam a crença equivocada de que as mulheres, tendo observado certos rituais, não seriam alvejadas. Os homens não tinham ilusões de imunidade para si mesmos, tendo memórias vívidas da matança dos homens igbos durante a conquista<sup>45</sup>. Finalmente o nome dado à rebelião pelos igbos - a Guerra das Mulheres - indica que as mulheres se viram seguindo seus métodos tradicionais de sanção de "sentar" ou "fazer guerra" a um homem.

Como os britânicos falharam em reconhecer a Guerra das Mulheres como uma resposta coletiva à revogação de direitos, eles não indagaram

---

<sup>43</sup> Harris relata uma maldição feita pelas mulheres sobre as pragas: "Fui eu quem deu à luz a você. Sou eu quem cozinha para que você coma. Este é o pilão que eu uso para bater inhame e coco para que você coma. Que você morra logo!" Ver J. S. HARRIS, op. cit., pp. 143-45.

<sup>44</sup> Harry A. GAILEY, op. cit., p. 112.

<sup>45</sup> Margery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, op. cit., pp. 212ff; J. C. ANENE, op. cit., pp. 207-24; S. O. ESIKE, op. cit., p. 11; C. K. MEEK, op. cit., p. x.

sobre os tipos de estruturas que as mulheres tinham e que as preparavam para tal ação. Eles não perguntaram: "Como as mulheres tomam decisões de grupo? Como elas escolhem seus líderes?" Como eles viram apenas um "motim", eles explicaram o fato de que as mulheres não feriram ninguém seriamente como "sorte", nunca sequer contemplando que talvez as ações das mulheres tivessem limites tradicionais.

Como as mulheres - e os homens - consideravam as investigações como tentativas de descobrir quem punir, elas não ofereceram nenhuma informação sobre as organizações de mulheres. Mas há pelo menos alguma questão sobre se os britânicos as teriam entendido se o tivessem feito. A rede de mercado foi descoberta, mas não sugeriu mais linhas de investigação para os britânicos. A maioria dos Oficiais Distritais pensava que os homens organizavam as ações das mulheres e as dirigiam secretamente. O Oficial Distrital de Bende e o Secretário da Província do Sul acreditavam que havia uma "Sociedade Igbo" secreta que exercia controle sobre as mulheres e era responsável por fomentar a rebelião<sup>46</sup>. E as exigências das mulheres de que elas não queriam mais que a Corte Nativa ouvisse os casos e que todos os homens brancos deveriam ir para seu próprio país, ou, pelo menos, que as mulheres deveriam servir na Corte Nativa e ser nomeadas Oficiais Distritais – exigências alinhadas com o poder das mulheres na sociedade tradicional - foram ignoradas<sup>47</sup>.

Todas estas respostas caem num padrão coerente: não de discriminação intencional contra as mulheres com a intenção de impedi-las de desempenhar seus papéis políticos tradicionais, mas de uma cegueira prevalecente à possibilidade de que as mulheres tivessem tido um papel significativo na política tradicional e deveriam participar do novo sistema de governo local. Alguns oficiais políticos foram "da opinião de que, para manter o equilíbrio da sociedade, as organizações de mulheres deveriam ser encorajadas ao lado das dos homens"<sup>48</sup>. Alguns

---

<sup>46</sup> Harry A. GAILEY, op .cit., pp. 130ff

<sup>47</sup> Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., p. 165; Margery PERHAM, Native Administration in Nigeria, op. cit., pp. 165ff.

<sup>48</sup> Margery PERHAM, Native Administration in Nigeria, op. cit., p. 246.

comissários até reconhecerem "o notável caráter de organização e liderança que algumas das mulheres demonstraram" e recomendaram que "mais atenção fosse dada à influência política das mulheres"<sup>49</sup>. Mas estes homens foram a exceção: suas opiniões não prevaleceram. Mesmo no final da década de 1930 quando as investigações de Leith-Ross e Green revelaram a vitalidade decrescente das organizações de mulheres sob o colonialismo, os britânicos ainda não incluíam as mulheres na reforma da Administração Nativa. Quando oficiais políticos advertiram que os jovens homens estavam sendo excluídos, no entanto, foram tomadas medidas para devolver seu status político tradicional<sup>50</sup>.

## **"REFORMAS" E PERDA DE PODER DAS MULHERES**

Em 1933, foram promulgadas reformas para corrigir algumas queixas dos igbos contra a Administração Nativa. O número de Áreas da Corte Nativa foi grandemente aumentado e seus limites foram organizados de modo a se adaptarem mais ou menos às divisões tradicionais. Os Chefes de Mandado foram substituídos por "bancadas em massa" - permitindo que um grande número de juízes se sentassem ao mesmo tempo. Na maioria dos casos, foi deixado ao critério das aldeias decidir quem e quantos enviar<sup>51</sup>. Isto beneficiou as mulheres, eliminando a corrupção dos Chefes de Mandado, e tornou elas próprias e suas propriedades mais seguras. Mas não proporcionou nenhuma saída para a ação coletiva, sua verdadeira base de poder.

Como na assembleia da aldeia, as mulheres não podiam competir com os homens pela liderança na Administração Nativa reformada porque, como indivíduos, não tinham os recursos dos homens<sup>52</sup>. Nos vários estudos feitos sobre os igbos na década de 1930, há apenas um

---

<sup>49</sup> A. E. AFIGBO, *op. cit.*, p. 187.

<sup>50</sup> C. K. MEEK, *op. cit.*, p. 336.

<sup>51</sup> Margery PERHAM, *Native Administration in Nigeria*, *op. cit.*, pp. 365ff.

<sup>52</sup> C. K. MEEK, *op. cit.*, p. 203.

relato de uma mulher sendo enviada à Corte Nativa e sua patrilinearidade tinha dado o dinheiro para que ela pegasse seus títulos<sup>53</sup>.

Como a Administração Nativa reformada assumiu de fato muitas funções das assembleias de aldeia, a participação política das mulheres foi seriamente afetada. As discussões sobre política não incluíam mais nenhum adulto que desejasse participar, mas apenas membros das cortes nativas. Os homens que não eram membros também foram excluídos, mas os interesses e pontos de vista dos homens eram representados e, em um ou outro momento, muitos homens tiveram alguma chance de se tornar membros; muito poucas mulheres o fizeram<sup>54</sup>.

A participação política e o poder das mulheres dependia da difusividade do poder político e da autoridade dentro da sociedade igbo. Ao tentar criar instituições políticas especializadas no modelo ocidental com participação com base em realizações individuais, os britânicos criaram um sistema no qual não havia lugar para a solidariedade grupal, não havia lugar para o que assim se tornou "extra-legal" ou simplesmente formas ilegais de coerção grupal e, portanto, muito pouco lugar para as mulheres.

As reformas britânicas minaram e enfraqueceram o poder das mulheres ao remover muitas funções políticas das mikiri e das assembleias de aldeia. Em 1901, os britânicos haviam declarado ilegítimas todas as instituições jurídicas, exceto os tribunais nativos, mas foi somente nos anos seguintes às reformas de 1933 que o governo local da Administração Nativa se tornou suficientemente eficaz para tornar

---

<sup>53</sup> Ibid., pp. 158-159. Ela era divorciada e tinha que permanecer solteira como condição para sua família pagar por seu título, pois eles queriam ter certeza de ter retorno do seu investimento. Se ela se casasse novamente, o marido de sua família, e não a sua própria, herdaria seus bens.

<sup>54</sup> Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., pp. 171-72; Lord HAILEY, Native Administration in the British African Territories, Part III, West Africa (London: H. M. Stationary Office, 1951), pp. 160-65.

essa declaração significativa. Quando isso aconteceu, as mikiri perderam vitalidade<sup>55</sup>, embora o que lhes aconteceu desde então não tenha sido relatado em detalhes. Os relatórios que existem mencionam o funcionamento das organizações femininas de mercado, mas apenas como grupos de pressão por interesse econômico estreito<sup>56</sup> e a participação das mulheres nos sindicatos igbos como muito baixa nas duas cidades<sup>57</sup>.

Os britânicos também enfraqueceram o poder das mulheres ao proibir a "auto-ajuda" - o uso da força por indivíduos ou grupos para proteger seus próprios interesses, punindo os malfeitores. Esta ação - de acordo com a ideia de que somente o Estado pode legitimamente usar a força - tornou "sentar" em qualquer pessoa ilegal, privando assim as mulheres de uma de suas melhores armas para proteger as esposas dos maridos, mercados dos bagunceiros ou inhame de coco das vacas<sup>58</sup>.

Os britânicos não sabiam, é claro, que estavam proibindo "sentar em cima de um homem"; eles estavam simplesmente proibindo o uso "ilegítimo" da força. Em teoria, isto não prejudicava as mulheres, pois os espancadores de esposas, bagunceiros e donos de vacas saqueadoras podiam ser levados à corte. Mas os tribunais eram caros, e os homens nos quais elas "sentavam" provavelmente tinham visões diferentes do que as das mulheres sobre espancamento de esposas, "diversão" de mercado e vacas de homens. Ao interferir no tradicional equilíbrio de poder, os britânicos efetivamente eliminaram a capacidade das mulheres de proteger seus próprios interesses e as tornaram dependentes dos homens para proteção contra os homens.

---

<sup>55</sup> Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., pp. 110, 163, 214

<sup>56</sup> Henry L. BRETTON, "Political Influence in Southern Nigeria", in Herbert J. SPMO (ed.), *Africa: The Primacy of Politics* (New York: Random House, 1966), p. 61.

<sup>57</sup> Audrey C. SMOCK, *Ibo Politics: The Role of Ethnic Unions in Eastern Nigeria* (Cambridge: The Harvard University Press, 1971), pp. 65, 137.

<sup>58</sup> Sylvia LEITH-ROSS, op. cit., p. 109

Como os britânicos não entenderam isso, eles não fizeram nada para ajudar as mulheres a desenvolver novas formas de proteger seus interesses dentro do sistema político. (O que as mulheres fizeram para tentar proteger seus interesses nesta situação deveria ser um assunto frutífero para estudo). O que as mulheres não fizeram foi participar de forma significativa no governo local ou, muito mais tarde, no governo nacional, e grande parte da responsabilidade deve recair sobre os britânicos, que retiraram legitimidade das instituições políticas tradicionais das mulheres e não fizeram nada para ajudar as mulheres a se moverem para as instituições políticas modernas.

## **INFLUÊNCIA MISSIONÁRIA**

O efeito da administração colonial foi reforçado pelos missionários e escolas missionárias. As missões cristãs foram estabelecidas em Igbolândia no final do século XIX. Eles tiveram poucos convertidos no início, mas sua influência nos anos 30 foi considerada significativa, geralmente entre os jovens<sup>59</sup>. A maioria dos igbos acabou "se tornando cristã" - eles tinham que professar o cristianismo para poder frequentar escolas missionárias, e a educação era altamente valorizada. Mas independentemente de quão nominal era sua filiação, eles tinham que obedecer às regras para permanecer em boa ordem, e uma regra era evitar rituais "pagãos". As mulheres eram desencorajadas de frequentar

---

<sup>59</sup> Ibid., pp. 109-18; C. K. MEEK, op. cit., p. xv. Maxwell afirma que, até 1925, existiam 26 estações missionárias e 63 missionárias (doze delas esposas missionárias) em Igboland. A primeira estação foi estabelecida em 1857, mas todas, exceto três, foram fundadas depois de 1900. Quinze estações missionárias e 30 missionários estavam entre os Igbo nas províncias de Owerri e Calabar. Ver J. Lowry MAXWELL, Nigéria: The Land, the People and Christian Progress (Londres: World Dominion Press, 1926), pp. 150-52.

mikiri onde rituais tradicionais eram realizados ou dinheiro arrecadado para os rituais, o que na verdade significava todos os mikiri<sup>60</sup>.

Provavelmente mais significativo, uma vez que as mikiri estavam no processo de perder algumas de suas funções políticas de qualquer forma, era a educação missionária. A educação inglesa e ocidental passou a ser vista como cada vez mais necessária para a liderança política lidar com os britânicos e suas leis - e as mulheres tinham menos acesso a este novo conhecimento do que os homens. Os rapazes eram mais frequentemente enviados à escola, por uma variedade de razões geralmente relacionadas à sua posição favorecida no patrilinearidade<sup>61</sup>. Mas mesmo quando as meninas iam, elas tendiam a não receber o mesmo tipo de educação. Nas escolas missionárias, e cada vez mais em "casas de treinamento" especiais que dispensavam a maioria dos cursos acadêmicos, as meninas eram ensinadas habilidades domésticas européias e a Bíblia, muitas vezes no vernáculo. O propósito declarado dos missionários na educação das meninas era treiná-las para serem esposas e mães cristãs, não para empregos ou para a cidadania<sup>62</sup>. Os missionários não eram necessariamente contra a participação das mulheres na política - o clero na Inglaterra, como na América, podia ser encontrado apoiando o sufrágio feminino. Mas na África sua preocupação era a igreja, e para a igreja eles precisavam de famílias cristãs. Portanto, as esposas e mães

---

<sup>60</sup> Sylvia LEITH-ROSS, *op. cit.*, p. 110; J. F. Ade AJAYI, *Christian Missions in Nigeria, 1841-1891: The Making of a New Elite* (Evanston, Ill.: The Northwestern University Press, 1965), pp. 108-09.

<sup>61</sup> Sylvia LEITH-ROSS, *op. cit.*, pp. 133, 196-97, 316.

<sup>62</sup> *Ibid.*, pp. 189-90. De acordo com Leith-Ross, nas "casas de treinamento de meninas... a educação escolar dada foi limitada, em algumas das casas menores abertas em data posterior quase insignificante, mas o treinamento doméstico e o efeito civilizatório geral foram bons". Evidências destas opiniões entre os missionários podem ser encontradas em J. F. Ade AJAYI, *op. cit.*, pp. 65, 142-44; G. T. BASDEN, *Edith Warner of the Niger* (Londres: Seeley, Service and Co., Ltd, 1927), pp. 13, 16, 33, 55, 77, 86; Josephine C. BULIFANT, *Forty Years in the African Bush* (Grand Rapids, Mich.: Zondervan Publishing House, 1950), pp. 163 e *passim*; W. P. LIVINGSTONE, *Mary Slessor of Calabar* (Nova Iorque: George H. Doran Co., n.d.), pp. iii-vi; J. Lowry MAXWELL, *op. cit.*, pp. 55, 118.

cristsãs, não as líderes políticas femininas, eram o objetivo das missões. Como Mary Slessor, a influente missionária Calabar, disse: "A maternidade em Deus é a melhor esfera para as mulheres, e o caminho para a redenção do mundo"<sup>63</sup>.



---

<sup>63</sup> W. P. LIVINGSTONE, *op.cit.*, p. 328.

## VICTORIANISMO E A INVISIBILIDADE DA MULHER

As crenças dos missionários sobre o papel natural e adequado da mulher, sendo a de uma ajudante cristã, e a recusa da administração em levar a sério as mulheres igbo quando exigiam sua participação política, são compreensíveis à luz dos colonialistas terem sido socializados em uma sociedade dominada por valores vitorianos. Foi durante o reinado da Rainha Vitória que a ideologia do lugar-da-mulher-é-em-casa endureceu em sua mais recente forma altamente rígida<sup>64</sup>. Embora atacado por feministas, esse permaneceu o modo de pensamento dominante durante aquela parte do período colonial aqui discutida; e está, de fato, longe de estar morta hoje, quando a identidade primária de uma mulher é mais frequentemente vista como a de esposa e mãe, mesmo quando ela trabalha 40 horas por semana fora de casa<sup>65</sup>.

Estamos preocupados aqui principalmente com a visão vitoriana sobre as mulheres e as políticas que produziram a expectativa de que os homens seriam ativos na política, mas as mulheres não o seriam. O ideal da feminilidade vitoriana - alcançável, é claro, apenas pela classe média, mas amplamente acreditada em toda a sociedade - era de um ser sensível, moralmente superior, que era o guardião do coração das virtudes e sentimentos cristãos ausentes no mundo exterior. Sua mente não era suficientemente forte para os assuntos apropriadamente masculinos: ciência, negócios e política<sup>66</sup>. Uma mulher que mostrou

---

<sup>64</sup> Page SMITH, *Daughters of the Promised Land* (Boston: Little, Brown and Co., 1970), pp. 58-76; Doris STENTON, *The English Woman in History* (London: George Allen and Unwin, Ltd., 1957), pp. 312-44.

<sup>65</sup> Eva FIGES, *Patriarchal Attitudes* (New York: Stein and Day, 1970); Ruth E. HARTLEY, "Children's Concepts of Male and Female Roles", *Merrill-Palmer Quarterly*, January 1960

<sup>66</sup> Walter E. HOUGHTON, *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870* (Novo Paraíso: O Yale University Press, 1957), pp. 349-53. Numerosos estudos sobre as ideias vitorianas e pós vitorianas as mulheres e a política descrevem estes padrões. Além de Houghton, Smith e Stenton, ver, por exemplo, Kirsten AMUNDSEN, *The Silenced Majority* (Prentice-Hall, 1971); Jessie BERNARD, *Women and the Public Interest*

talento nestas áreas não desafiou nenhuma ideia sobre mulheres típicas: a mulher excepcional simplesmente "tinha o cérebro de um homem", como disse Sir George Goldie sobre Mary Kingsley<sup>67</sup>.

Uma investigação completa dos diários, jornais, relatórios e cartas de oficiais coloniais e missionários seria necessária para provar que a maioria deles possuía esses valores vitorianos. Mas a leitura preliminar de biografias, autobiografias, jornais e "reminiscências", e as evidências de suas próprias declarações sobre as mulheres igbos na época da Guerra das Mulheres, sugerem fortemente a plausibilidade da hipótese de que eles foram desviados de qualquer tentativa de descobrir e proteger o papel político das mulheres igbos por sua suposição de que a política não é um lugar adequado e normal para as mulheres.<sup>68</sup> e as evidências de suas próprias declarações sobre as mulheres igbos na época da Guerra das Mulheres, sugerem fortemente a plausibilidade da hipótese de que eles foram desviados de qualquer tentativa de descobrir e proteger o papel político das mulheres igbos por sua suposição de que a política não é um lugar adequado e normal para as mulheres<sup>68</sup>.

---

(Aldine-Atherton, 1971); John Stuart MILL e Harriet TAYLOR MILL, *Essays on Sex Equality* (University of Chicago Press, 1970); Martha VICINUS (ed.), *Suffer and Be Still: Women in the Victorian Age* (Universidade de Indiana, 1970); Martha VICINUS (ed.), *Suffer and Be Still: Women in the Victorian Age* (Universidade de Indiana, 1970); Martha VICINUS (ed.), *Suffer and Be Still: Women in the Victorian Age* (Universidade de Indiana Press, 1972); Cecil WOODHAMSMITH, *Florence Nightingale, 1820-1910* (McGraw-Hill, 1951). Foi só em 1929 que todas as mulheres inglesas puderam votar; mulheres com mais de 30 anos que se encontraram com restrições qualificação patrimonial obteve o voto em 1918.

<sup>67</sup> Stephen GWYNN, *The Life of Mary Kingsley* (Londres: Macmillan and Co., Ltd., 1932), p. 252. Mary Kingsley juntamente com outras "exceções" femininas de elite como Flora Shaw Lugard e Margery Perham, todas elas influenciando a política colonial africana, tinham os mesmos valores que os homens, pelo menos no que diz respeito aos papéis das mulheres. Elas não esperavam que as mulheres comuns tivessem poder político mais do que os homens, e não mostraram nenhuma preocupação especial com as mulheres africanas.

<sup>68</sup> Ver, para exemplos não-missionários, J. C. ANENE, *op. cit.*, pp. 222-34; W. R. CROCKER, *Nigéria: A Critique of British Colonial Administration* (Londres: George Allen e Unwin, Ltd., 1936); C. K. MEEK, *op. cit.*; Mary H. KINGSLEY, *Travels in West*

Quando as mulheres igbos com sua Guerra das Mulheres forçaram os administradores coloniais a reconhecer sua presunção, sua breve "visibilidade" foi insuficiente para abalar essas suposições. Seu comportamento era simplesmente visto como aberração. Quando elas voltaram ao "normal", elas eram mais uma vez invisíveis. Embora houvesse um movimento feminista na Inglaterra durante aquele tempo, ele não havia desafiado com sucesso as ideias básicas sobre as mulheres nem feito com que a ausência das mulheres da vida pública parecesse ser um problema que exigisse remédio. O movimento não havia conseguido criar uma consciência "feminista" em mais do que alguns "desviantes", e tal consciência está longe de ser generalizada hoje em dia; pois ter uma consciência "feminista" significa que se percebe a "invisibilidade" das mulheres. É de se perguntar onde estão as mulheres - na vida e nos registros.

A compreensão das suposições sobre os papéis da mulher prevaletentes na sociedade vitoriana - e ainda hoje comuns - ajuda a explicar como a introdução de estruturas e valores políticos supostamente modernos poderia reduzir, em vez de expandir, a vida política das mulheres igbos. Enquanto a política for presumida como um reino masculino, ninguém se pergunta para onde as mulheres foram. A perda das instituições políticas das mulheres igbos - na vida e na imprensa - mostra a necessidade de mais estudiosos ocidentais desenvolverem uma consciência feminista suficiente para começar a se perguntar.

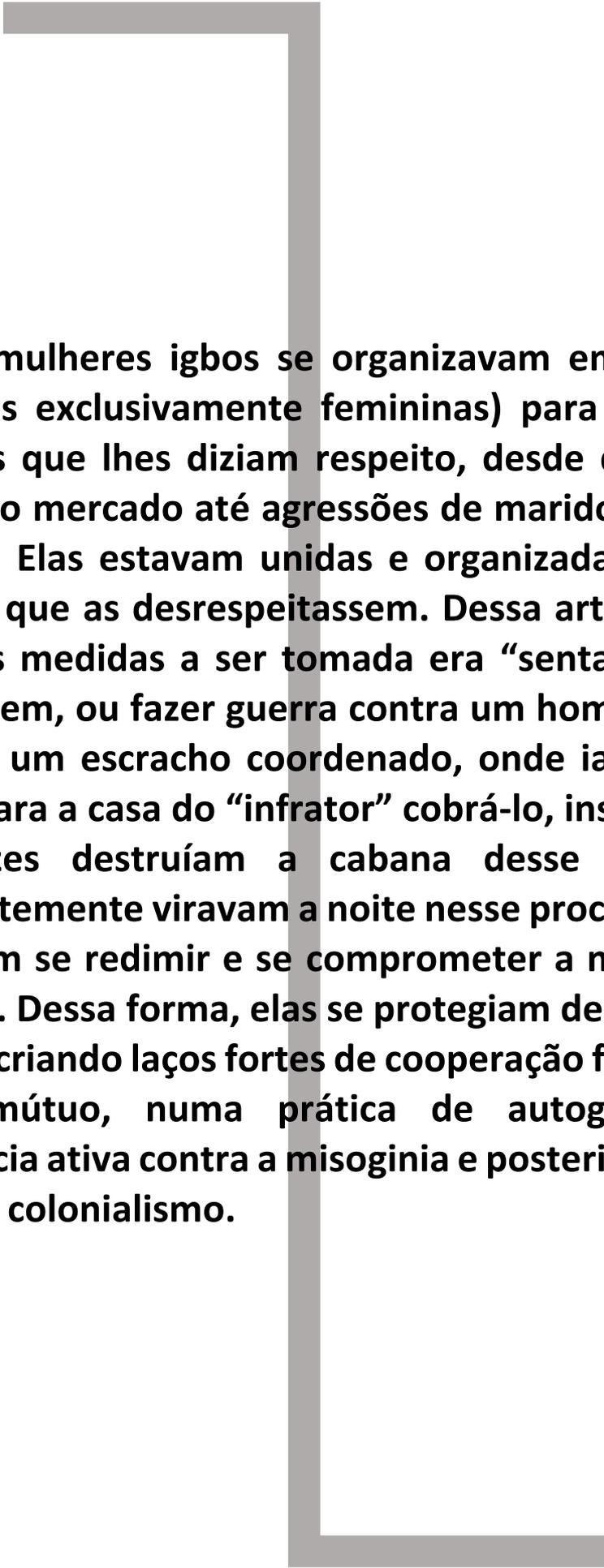
---

Africa (Londres: Macmillan and Co., Ltd., 1897); Idem, *West African Studies* (Londres: Macmillan and Co, Ltd., 1899); Margery PERHAM, *op. cit.*; A.H. St. John WOOD, "Nigeria: Cinquenta Anos de Desenvolvimento Político entre os Ibos", em Raymond APHORPE (ed.), *From Tribal Rule to Governo moderno* (Lusaka, Rodésia do Norte: Rhodes-Livingstone Institute for Social Pesquisa, 1960).

**PIRATEIA E DIFUNDE!  
TODA PROPRIEDADE  
EH UM ROUBO!**







**As mulheres igbos se organizavam em mikiris (reuniões exclusivamente femininas) para resolver assuntos que lhes diziam respeito, desde questões acerca do mercado até agressões de maridos contra esposas. Elas estavam unidas e organizadas contra homens que as desrespeitassem. Dessa articulação, uma das medidas a ser tomada era “sentar” sobre um homem, ou fazer guerra contra um homem, que significa um escracho coordenado, onde iam todas juntas para a casa do “infrator” cobrá-lo, insultá-lo e por vezes destruíam a cabana desse homem. Frequentemente viravam a noite nesse processo, até o homem se redimir e se comprometer a mudar de conduta. Dessa forma, elas se protegiam de diversos abusos, criando laços fortes de cooperação feminina, apoio mútuo, numa prática de autogestão e resistência ativa contra a misoginia e posteriormente contra o colonialismo.**